

4. ENTREGA DO PRÉ-SAL AOS ESTRANGEIROS

O Pré-Sal é o filé mignon da indústria de petróleo mundial e os abutres, como sempre, estão de olho nas riquezas brasileiras. O projeto do Senador Serra, aprovado já no senado, altera o chamado marco regulatório – uma diretriz aprovada durante o governo Lula – e estabelece que as oportunidades de pesquisa e desenvolvimento do Pré-sal pode ser transferido da Petrobras para outra empresa, certamente estrangeira. A estratégia principal do governo golpista é privatizar tudo, sem exceção, incluindo a Petrobras e conseqüentemente o Pré-sal.

O que a gente tem a ver com isso? Muita coisa está em jogo se defendemos um Brasil forte, de economia robusta e soberano, e com serviços públicos de saúde e educação de qualidade. Mas não podemos esquecer também que a Petrobras é geradora de matéria-prima para a indústria química. Logo, estão em jogo também os nossos empregos e das futuras gerações. Afinal, ninguém quer retroceder nos direitos e na qualidade de vida.



Confederação Nacional do Ramo Químico da CUT (CNQ-CUT)

Rua Coronel Xavier de Toledo, 99 - 6º Andar - Conjunto 11

Cep: 01048-100 - Anhangabaú - São Paulo - SP - Tels.: (11) 3129 4989 e (11) 3235 4989

www.cnq.org.br



Você sabe o que está em jogo com as Reformas do Governo Temer?



Roubo de DIREITOS e EMPREGOS

Que ninguém se engane: o golpe para afastar a presidenta eleita Dilma foi a maneira pela qual a banqueiros e empresários encontraram colocar em prática o projeto político que vem sendo rejeitado pelos brasileiros e brasileiras nas urnas há mais de uma década.

Como o próprio governo golpista Temer vem demonstrando a cada dia, o objetivo dele é tirar dos pobres para dar aos ricos. Para isso, conta com a parceria de grande parte dos deputados e senadores de Brasília e da grande mídia, como a Globo, é claro!

O que está em jogo, como sempre, são nossos empregos, direitos e qualidade de vida. O giro da roda da economia não tem segredo: menos dinheiro no bolso é igual a menos consumo que é igual a menor produção que é igual a desemprego que é igual a menos dinheiro no bolso, menos consumo, menor produção, mais desemprego e assim por diante.

Veja os quatro principais pontos defendidos pelos empresários através da CNI (Confederação Nacional da Indústria) e adotados como metas do governo golpista Michel Temer e seus correligionários no Congresso Nacional.

1. APOSENTADORIA:

- Passar a idade mínima para aposentadoria dos atuais 55 anos (mulheres) e 60 anos (homens) para 70 anos de idade
- Valor mínimo do salário do aposentado (piso) deixa de ser o igual ao valor do salário mínimo. O que equivale dizer que o menor valor de aposentadoria pode ser abaixo do valor do salário mínimo.
- Reduzir e até acabar com as aposentadorias diferenciadas como, por exemplo, a dos professores, trabalhadores rurais e a aposentadoria especial da categoria química.



2. TERCEIRIZAÇÃO LIBERADA

● Liberar a terceirização de trabalhadores e trabalhadoras para qualquer setor da sociedade, hoje ela só é liberada para as chamadas atividades meio como segurança, cozinha e limpeza. Isso a gente já sabe o que significa, afinal quem quer ser terceirizado? Todos sabemos que trabalhador terceirado ganha menos, tem menos direitos, menos segurança, trabalha mais horas, é discriminado, desvalorizado e tem mais problemas com o pagamento de verbas rescisórias pelas empresas na hora da demissão ou falência patronal.

- Com a terceirização o poder de força dos sindicatos é quebrado, já que cada trabalhador terá um sindicato diferente apesar de trabalhar para a mesma empresa.
- A medida também divide os próprios trabalhadores, acabando com a solidariedade e jogando uns contra os outros. Isso torna mais difícil fazer uma greve ou mobilização por cumprimento de direitos ou avanços nas conquistas.



3. ACORDO VALENDO MAIS DO QUE A LEI



A CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) deixa de ser o patamar mínimo a ser respeitado pelos patrões e assim uma negociação direta pode reduzir ou mesmo acabar com um direito. É o que estão chamando de prevalência do negociado sobre o legislado.

Desde o governo Collor o empresariado tenta fazer valer isso, mas até agora não tinha conseguido. Com a medida, o que é negociado entre patrão e empregado ou patrão e sindicato vale mais do que está na lei, com exceção das regras de segurança e saúde e direitos previstos na Constituição. Dois exemplos para você entender o que isso significa:

Férias: A Constituição brasileira estabelece o direito ao trabalhador ao gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal, mas não diz quantos dias. A Lei que estabelece o direito a 30 dias de férias é a CLT, que passa a não ter mais força de lei se uma negociação direta estabelecer, por exemplo, 20 dias ou menos de férias anuais para o trabalhador.

13º Salário: o resultado de uma negociação pode definir que o 13º passa a ser pago fracionado em doze vezes. Isso prevalece à CLT que determina o pagamento do 13º em duas parcelas e que serve, muitas vezes, para tirar o trabalhador do sufoco de dívidas ou planejamento de compra de um bem com valor superior aos seus rendimentos mensais.